

## Pedagogia em Alerta: mudança sem debate, NÃO!

A Resolução CNE/CP n. 02/2019, homologada em dezembro de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC), estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) dando ênfase ao “desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica” (Artigo 2º).

Dessa forma, revoga a Resolução CNE/CP nº 2 / 2015, sem efetuar um processo de avaliação da sua implementação e desconsiderando as reflexões e o árduo trabalho desenvolvido pelas IES formadoras, em todo o país, no processo complexo de reformulação de seus cursos de licenciatura e de elaboração de projetos institucionais de formação inicial e continuada de profissionais de educação, muitos deles já aprovados pelos órgãos colegiados das Universidades ou em fase de implementação.

Tal ação, além de afetar todos os cursos de licenciatura, impacta, de forma mais contundente, a organização, a concepção e a estrutura do curso de Pedagogia. Isto é mais grave, pois, no atual momento, o Conselho Nacional de Educação (CNE) está em processo de revisão da DCN de Pedagogia/2006, ancorado na Resolução CNE /CP nº 2 /2019.

Em 10 de fevereiro do presente ano, o CNE convidou as entidades da área de formação para apresentar o que seria sua proposta para as novas DCNs dos Cursos de Pedagogia, em um conjunto de slides em *Power Point*, sem, até a presente data, disponibilizar uma minuta – como de praxe - que permita uma análise mais aprofundada. Apesar da precariedade da apresentação, esta foi suficiente para anunciar o processo de destruição e desmonte dos cursos de Pedagogia e, portanto, das próprias Faculdades de Educação.

Destacamos alguns aspectos da Proposta de Diretrizes, apresentada à sociedade pelo CNE:

- 1) A centralidade da BNCC como guia para a formação docente.
- 2) Uma concepção pragmática e reducionista de formação e de docência, fundamentada basicamente em competências e habilidades.
- 3) A separação da Pedagogia em dois cursos: Formação de professores multidisciplinares para a Educação Infantil e Formação de professores multidisciplinares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Rompe-se, assim, com uma concepção epistemológica de ensino-aprendizagem e de infância (0 a 10 anos) na qual se assentam a DCN de Pedagogia de 2006.
- 4) A fragmentação entre planejamento, coordenação e ação docente, impondo 400h adicionais **opcionais** para a formação em administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.
- 5) A desconsideração da formação **para a docência** nos cursos médios modalidade normal e para os cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Outros aspectos desta proposta merecem nossa problematização e reflexão, notadamente, quem são os sujeitos envolvidos, o contexto de mudanças e as implicações para a formação de professores. Cabe questionar, entre outras indagações:

1. Há participação de instituições e associações educacionais, pesquisadoras/es, professoras/es, estudantes e sociedade civil organizada na construção dessa proposta?
2. Que nível de autonomia terão as instituições formativas para elaborar seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)?

3. A proposta atende ao que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à concepção ampliada de docência, que atualmente é a base para a formação docente?
4. Como serão organizados os Estágios Supervisionados?
5. De que modo a formação contemplará a unidade entre teoria e prática; a educação como prática social, o trabalho como princípio formativo, a pesquisa como princípio pedagógico, a perspectiva interdisciplinar e a gestão democrática?

Ressalta-se, **na proposta do CNE**, a ausência da necessária articulação entre formação inicial e continuada e valorização do magistério, assegurada pela Resolução CNE/CP n. 02/2015.

Cabe, ainda, destacar a omissão sobre temas centrais como identidade e diferença, pluralidade de concepções, sobre a organização do trabalho pedagógico na escola e sobre a atuação em contextos não escolares.

Precisamos ampliar este debate urgentemente. Entidades e associações acadêmico-científicas que atuam em defesa da formação de professoras/es iniciaram uma mobilização nacional em defesa de uma formação docente assentada em valores democráticos, plurais e inclusivos para desenvolver uma educação pública, gratuita, laica, civil e de qualidade social.

### **O que defendemos?**

1. A autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) na elaboração de **seu** projeto institucional de formação de professores de forma articulada com a educação básica.
2. Uma Resolução única para a formação inicial e formação continuada, pois entendemos como um processo contínuo que não cessa com o término da graduação, concepção presente na LDB/1996.
3. Que quaisquer propostas de alteração das DCN das licenciaturas não sejam realizadas sem uma ampla consulta e debate público com as entidades acadêmico-científicas e as IES.

Diante do exposto, defendemos veementemente a prorrogação, de no mínimo dois anos, para a implementação da Resolução CNE/CP n. 02/2019, justificada entre outros motivos pela complexidade do momento que as IES e a sociedade vivenciam em razão da pandemia da Covid-19.

Neste sentido, é necessário e urgente que as IES e suas instâncias colegiadas – colegiados de cursos, conselhos departamentais, fóruns de licenciaturas e conselhos superiores – encaminhem solicitação com esse teor ao CNE.

Consideramos importante que os estudantes das licenciaturas, especialmente dos cursos de Pedagogia, assim como o movimento estudantil organizado – Centros acadêmicos e Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia – se una a essa mobilização fortalecendo a defesa dos cursos de formação dos profissionais da educação.

Assim, mobilizamo-nos em defesa da Pedagogia e da autonomia da Universidade na construção de projetos institucionais de formação de professores engajados na prática social e comprometidos com um projeto de sociedade justa, igualitária e sem qualquer forma de discriminação.

Junte-se a nós! Em defesa do curso de Pedagogia como licenciatura plena, da democracia e da vida!